

A distribuição da renda no Brasil conforme a PNAD: 1995-2017

Rodolfo Hoffmann¹

Josimar Gonçalves de Jesus

Sara Soares Pereira de Almeida

Texto para Discussão nº 45 do IEPE/Casa das Garças, ag./2018 . Nova versão nov./2018

1.Introdução

Há interesse em saber o que está acontecendo com a distribuição da renda no Brasil. Mesmo reconhecendo as limitações dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), é importante analisar esses dados, observando que indicações eles fornecem sobre como tem se modificado a distribuição da renda no país.

A análise será limitada ao período de 1995 a 2017, porque 2017 é o ano da última PNAD anual disponível e porque antes de 1995 a instabilidade monetária era muito grande, reduzindo a confiabilidade dos dados sobre a renda das pessoas. Dispomos dos dados da PNAD tradicional, que foi realizada pela última vez em 2015 e que, nesse período sempre coletou dados adotando setembro como mês de referência. Desde 2012 o IBGE tem realizado a PNAD contínua, com coleta de dados distribuída ao longo do ano. Dados da PNAD contínua estão disponíveis para o período 2012-2017, mas apenas para 2016 e 2017 o IBGE divulgou dados mais completos, que permitem obter a renda domiciliar per capita (RDPC). Para os demais anos os dados sobre rendimentos das pessoas se restringem ao rendimento do trabalho (rendimento associado à ocupação das pessoas).

O IBGE² adverte que as diferenças metodológicas entre a PNAD tradicional e a PNAD contínua impedem que se faça uma correspondência direta entre resultados das duas pesquisas. O “rendimento de todos os trabalhos” da PNAD contínua é, a rigor, uma variável diferente do “rendimento de todos os trabalhos” da PNAD tradicional.

Outra complicação metodológica, ao analisar a distribuição da renda no Brasil no período 1995-2017, é o fato de até 2003 a PNAD não incluir a área rural da antiga região Norte. Então, em uma primeira etapa da análise iremos mostrar que a inclusão ou não da área rural da antiga região Norte praticamente não afeta o padrão de evolução das principais características da distribuição da renda no Brasil reveladas pela PNAD.

No caso da distribuição do rendimento do trabalho, há dados tanto da PNAD tradicional como da PNAD contínua para o período 2012-2015, permitindo avaliar como as diferenças metodológicas entre as duas pesquisas afetam os resultados.

¹ E-mail: hoffmannr@usp.br. Os autores agradecem as sugestões de Edmar Bacha e o apoio financeiro do CNPq e da Capes.

² Ver IBGE (2017a, p. 58).

No caso da distribuição da RDPC dispomos dos dados da PNAD tradicional até 2015 e dos dados da PNAD contínua para 2016 e 2017. Fica difícil saber se a mudança nos resultados de 2015 para 2016 se deve às diferenças metodológicas entre as duas pesquisas ou é uma mudança econômica real. Mas pode ser feita uma avaliação, tendo em vista os resultados referentes à distribuição do rendimento do trabalho.

Na segunda seção são abordadas algumas questões metodológicas, especialmente o procedimento para uniformizar a unidade de medida monetária na PNAD contínua. As duas seções seguintes são dedicadas à análise da distribuição da renda do trabalho entre as pessoas ocupadas e entre as pessoas economicamente ativas: na seção 3 analisa-se o período 1995-2015, mostrando que o efeito de incluir ou não os dados da antiga Região Norte é quase desprezível e na seção 4 considera-se o período 2004-2017, comparando, no período 2012-2015, os resultados obtidos com a PNAD tradicional com os baseados na PNAD contínua. Nas seções 5 e 6 é analisada a distribuição da RDPC. A seção 5 mostra como evoluíram as principais características dessa distribuição de 1995 a 2015 e verifica-se, novamente, que o efeito de incluir ou não a área rural da antiga Região Norte é quase desprezível. Na seção 6 são utilizados os dados da PNAD tradicional de 2004 a 2015 e os dados da PNAD contínua anual de 2016 e 2017, procurando avaliar a evolução da distribuição da RDPC no período mais recente. A seção 7 apresenta uma síntese das conclusões.

2.Rendimentos e seu deflacionamento

Ao analisar a distribuição do rendimento de todos os trabalhos (variável V4719 da PNAD tradicional) na população ocupada (**POC**), foram excluídos os com posição na ocupação “Trabalhador na produção para o próprio consumo”, “Trabalhador na construção para o próprio uso” e “Não remunerado” (V4706=11, 12 ou 13). Após essa exclusão, foram mantidas pessoas ocupadas que declararam rendimento do trabalho igual a zero. Foram excluídas, obviamente, pessoas ocupadas que não declararam o valor do rendimento. Para analisar a distribuição da renda do trabalho na população economicamente ativa (**PEA**), foram incluídas as pessoas classificadas como desempregadas, atribuindo-lhes renda de todos os trabalhos nula.

Ao analisar os dados da PNAD contínua utilizou-se a variável VD4020 (Rendimento mensal efetivo de todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade), excluindo aqueles cuja posição na ocupação no trabalho principal fosse “Trabalhador familiar auxiliar” (VD4008=6). Para analisar a distribuição do rendimento do trabalho na PEA, foram incluídos os desocupados da força de trabalho, atribuindo-lhes rendimento do trabalho nulo.

Na PNAD tradicional, nos últimos anos, a RDPC foi obtida calculando o cociente entre V4722 e V4724. Na PNAD contínua utilizamos a variável VD5002, “Rendimento (efetivo) domiciliar per capita. Nos dois casos a análise é limitada aos domicílios

particulares permanentes e são excluídas as pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

“O IBGE indica que o deflacionamento dos rendimentos coletados na PNAD contínua deve ser feito por índices regionais baseados no Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (IBGE, 2016). O uso de deflatores diferenciados por região faz com que a medida da desigualdade da distribuição da renda no Brasil dependa da base adotada, isto é, da moeda específica adotada para medir os rendimentos. Parece mais apropriado evitar essa causa de variação nas medidas de desigualdade, usando um deflator nacional. É certo que diferenças de custo de vida entre regiões podem ter efeito importante sobre a desigualdade do nível de vida, mas isso é verdade mesmo quando os dados sobre renda são sincrônicos e deve ser tema de estudos específicos” (Hoffmann, 2018, p. 3).

Nos microdados da PNAD contínua anual os rendimentos estão em moeda corrente, informando-se o trimestre da entrevista. Assim, mesmo ao analisar um único ano, há necessidade de uniformizar a moeda utilizada. Para rendimentos *efetivos* informa-se, na PNAD contínua, o rendimento do mês anterior ao da entrevista. Assim, para deflacionar os rendimentos de determinado trimestre, deve ser considerado o nível de preços no trimestre com um mês de defasagem. Para o quarto trimestre do ano, por exemplo, devem ser utilizados os índices de inflação nos meses de setembro, outubro e novembro. Os valores reais para a PNAD contínua foram sempre calculados usando a média geométrica do INPC nacional nos três meses do trimestre defasado de 1 mês. No caso da PNAD tradicional foi utilizada a média geométrica do INPC em setembro e outubro de cada ano. As rendas médias e medianas são todas expressas em reais de setembro-outubro-novembro de 2017. As medidas de desigualdade são calculadas depois do deflacionamento.

Como na PNAD contínua apenas pessoas com 14 anos ou mais de idade são incluídos na PEA, ao analisar os dados sobre PEA (e POC) da PNAD tradicional foram excluídas as pessoas com menos de 14 anos de idade.

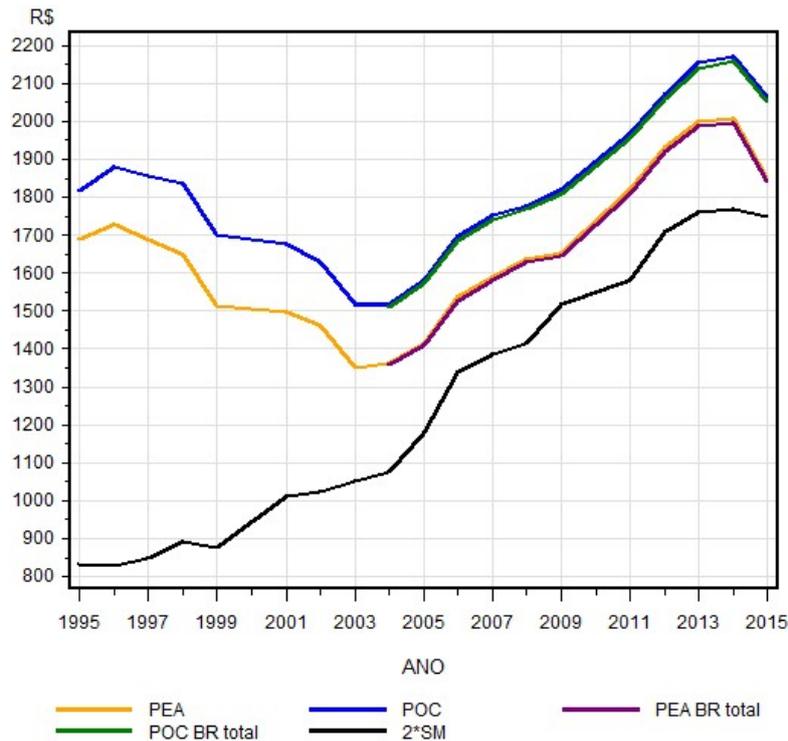
Todos os cálculos foram feitos considerando os fatores de expansão da amostra fornecidos pelo IBGE.

3.Média, mediana e medidas de desigualdade da distribuição do rendimento do trabalho de 1995 a 2015: o efeito de incluir ou não dados da área rural da antiga região Norte

A Figura 1 mostra a evolução dos valores reais do salário mínimo e do valor médio do rendimento de todos os trabalhos na POC e na PEA, no Brasil, exclusive a área rural da antiga região Norte, de 1995 a 2015. Para o período 2004-2015 mostra, também, o valor daquelas médias considerando todo o Brasil. Nota-se que é muito pequeno o

efeito da inclusão ou não da daquela área rural. Como se trata de uma área relativamente pobre, sua inclusão causa uma ligeira redução nas médias.

Figura 1. Media da distribuição do rendimento de todos os trabalhos na POC e na PEA, conforme dados da PNAD tradicional, no Brasil exclusive a área rural da antiga Região Norte, de 1995 a 2015, e no Brasil todo, de 2004 a 2015, e evolução do dobro do salário mínimo ⁽¹⁾

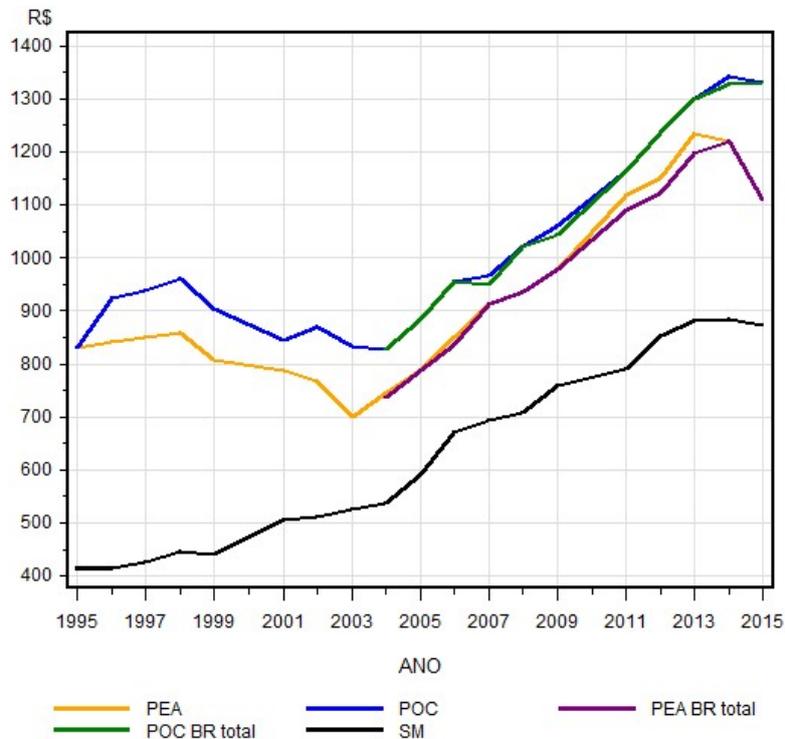


⁽¹⁾Valores monetários em R\$ de set.-out.-nov. de 2017. Considera-se o dobro do salário mínimo porque a representação do próprio salário mínimo exigiria ampliar muito o intervalo de valores no eixo das ordenadas.

A diferença entre rendimentos médios na POC e na PEA é substancial. A inclusão dos desempregados, cuja renda do trabalho é nula, faz com que o rendimento médio na PEA seja bem mais baixo.

A Figura 2 mostra o mesmo tipo de informação para o rendimento mediano.

Figura 2. Mediana da distribuição do rendimento de todos os trabalhos na POC e na PEA, conforme dados da PNAD tradicional, no Brasil exclusive a área rural da antiga Região Norte, de 1995 a 2015, e no Brasil todo, de 2004 a 2015, e evolução do salário mínimo (em R\$ de set.-out.-nov. de 2017).



Na Figura 3 podemos comparar a evolução do índice de Gini da distribuição do rendimento do trabalho na POC e na PEA, no Brasil, incluindo ou não dados da área rural da antiga região Norte. Observa-se, novamente, que o efeito de incluir ou não os dados dessa área é muito pequeno. Por outro lado, observa-se que o efeito de incluir ou não os desempregados (considerar PEA ou POC) é substancial: a desigualdade é bem maior quando se considera toda a PEA. Cabe ressaltar que, de 2014 a 2015, enquanto o índice de Gini da distribuição do rendimento do trabalho na POC diminuiu, o índice de Gini da distribuição do rendimento do trabalho na PEA aumentou, devido ao enorme crescimento do desemprego. A Figura 4 mostra que as mesmas conclusões são válidas quando se considera uma outra medida de desigualdade, ou seja, a razão entre rendas médias do décimo mais rico e dos 40% mais pobres.

A diferença de comportamento entre desigualdade na POC e na PEA devido ao crescimento do desemprego foi assinalada por Hoffmann (2016 e 2017b), ao analisar dados da PNAD contínua trimestral de 2012 a 2016.

Figura 3. Índice de Gini da distribuição do rendimento de todos os trabalhos na POC e na PEA, conforme dados da PNAD tradicional, no Brasil exclusive a área rural da antiga Região Norte, de 1995 a 2015, e no Brasil todo, de 2004 a 2015

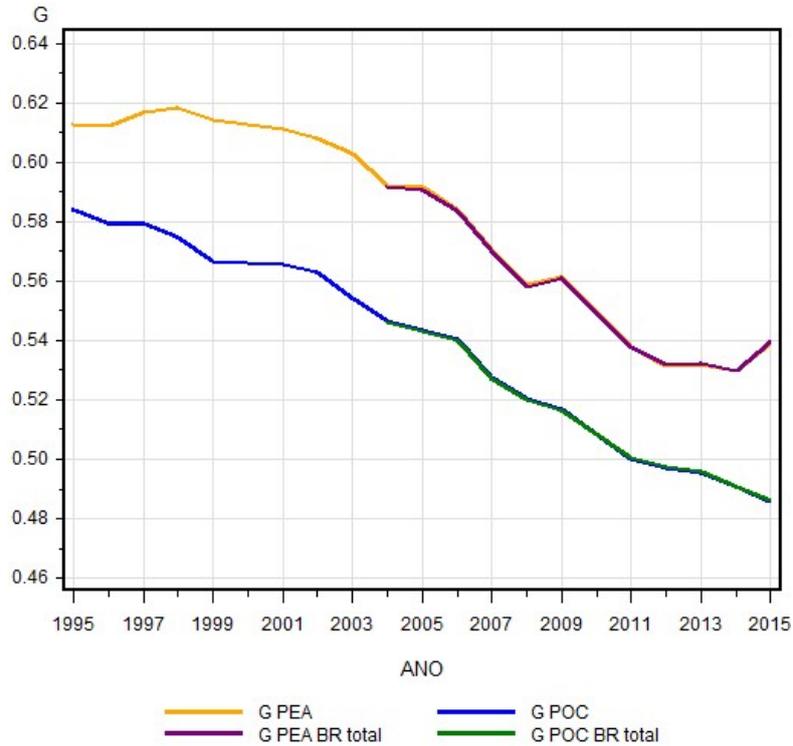
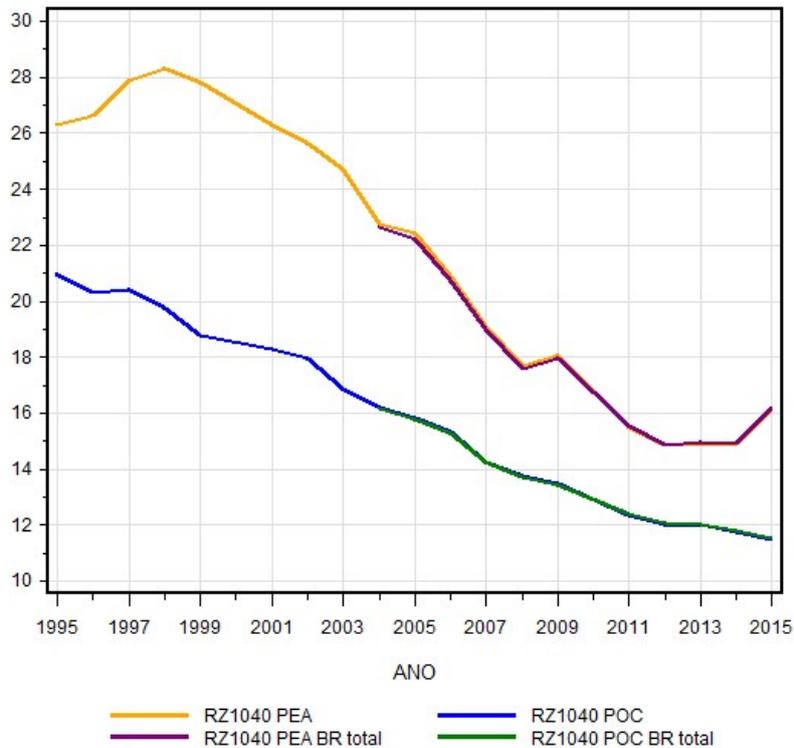


Figura 4. Razão de médias 10+/40- da distribuição do rendimento de todos os trabalhos na POC e na PEA, conforme dados da PNAD tradicional, no Brasil exclusive a área rural da antiga Região Norte, de 1995 a 2015, e no Brasil todo, de 2004 a 2015



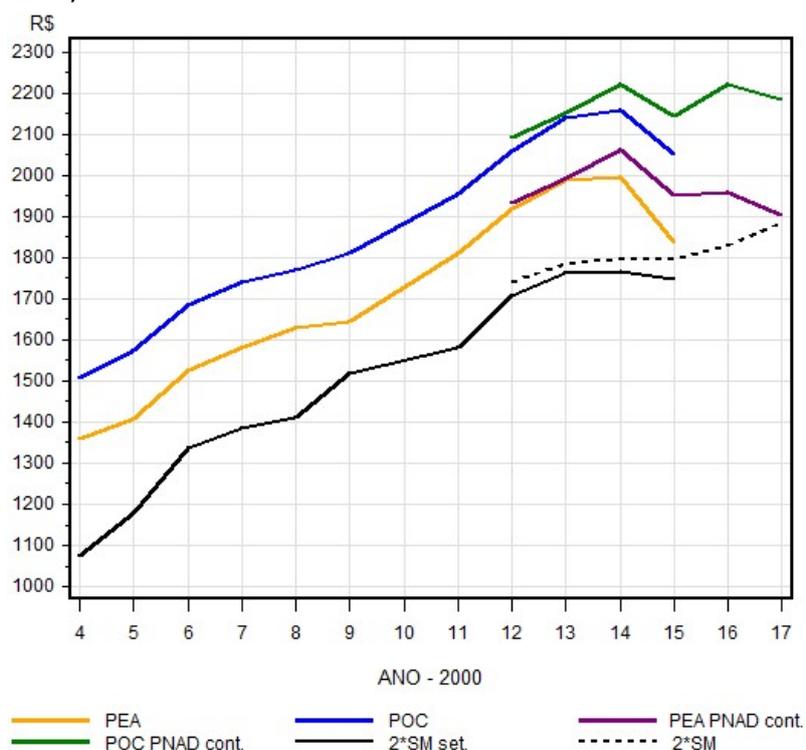
4. Distribuição do rendimento do trabalho: dados da PNAD tradicional de 2004 a 2015 e dados da PNAD contínua de 2012 a 2017

A Figura 5 mostra a evolução do salário mínimo e do rendimento médio do trabalho na POC e na PEA, sempre considerando todo o Brasil, utilizando dados da PNAD tradicional para 2004-2015 e dados da PNAD contínua anual para 2012-2017. Há uma linha mostrando a evolução do valor real do salário mínimo de setembro de 2004 a 2015 (pois setembro é o mês de referência da PNAD tradicional nesse período) e uma linha pontilhada que considera o valor real médio do salário mínimo nos anos de 2012 a 2017, considerando o número de pessoas ocupadas em cada trimestre, conforme dados da PNAD contínua anual.

De 2004 a 2014 a evolução das duas médias (na POC e na PEA) é aproximadamente paralela; a partir de 2014, em função do crescente desemprego, as linhas se afastam. O fenômeno é nítido quando se consideram os resultados da PNAD contínua anual: de 2014 a 2017 o rendimento médio na POC apresenta apenas uma pequena redução, mas o rendimento médio na PEA cai substancialmente.

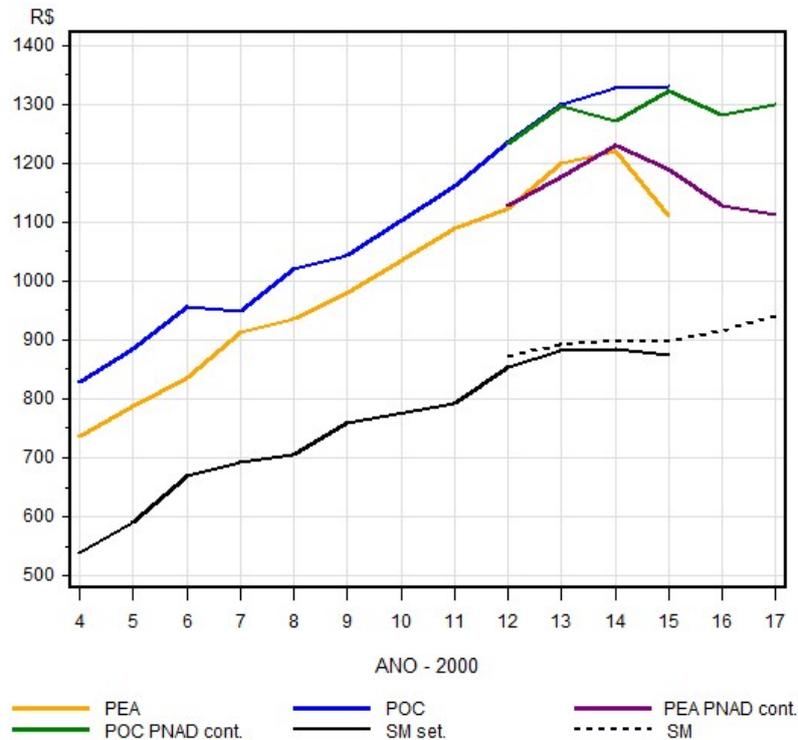
Não há diferença sistemática substancial entre as médias obtidas das duas fontes (PNAD tradicional e PNAD contínua) no período 2012-2015.

Figura 5. Média da distribuição do rendimento de todos os trabalhos na POC e na PEA, no Brasil todo, conforme dados da PNAD tradicional 2004-2015 e da PNAD contínua 2012-2017, e evolução do dobro do salário mínimo de 2004 a 2017 (em R\$ de set.-out.-nov. de 2017)



Conclusões semelhantes são válidas quando analisamos o comportamento do rendimento mediano, em lugar do rendimento médio, como mostra a Figura 6.

Figura 6. Mediana da distribuição do rendimento de todos os trabalhos na POC e na PEA, no Brasil todo, conforme dados da PNAD tradicional 2004-2015 e da PNAD contínua 2012-2017 (em R\$ de set.-out.-nov. de 2017)



As Figuras 7 e 8 mostram a evolução da desigualdade da distribuição do rendimento do trabalho na POC e na PEA considerando, respectivamente, o índice de Gini e a razão de médias 10+/40-. De 2014 a 2015, enquanto a desigualdade diminui na POC, aumenta na PEA, devido ao enorme crescimento do desemprego.

Observa-se que no período 2012-2015 a desigualdade é substancialmente maior para os dados da PNAD contínua do que para os dados da PNAD tradicional. Ressalte-se que é uma diferença sistemática, observada nos quatro anos do período. As diferenças metodológicas fazem com que a PNAD contínua capte mais desigualdade na distribuição do rendimento do trabalho (captando, também, um volume maior de rendimento em 2014 e 2015). O simples fato de a coleta de dados na PNAD contínua ser distribuída ao longo do ano, enquanto na PNAD tradicional o mês de referência ser sempre setembro já é um determinante importante dessa diferença de resultados das duas pesquisas. A PNAD contínua capta variações estacionais que não podem ser captadas pela PNAD tradicional. Outra diferença importante ocorre na estratificação da amostra. Na PNAD tradicional havia três estágios de seleção: municípios (unidades primárias), setores censitários (unidades secundárias) e domicílios (unidades terciárias)

(IBGE, 2013). Já na PNAD contínua há apenas dois estágios no processo de amostragem: no primeiro são selecionadas as unidades primárias de amostragem (UPAs, formadas por um ou mais setores censitários) e no segundo são selecionados os domicílios dentro de cada UPA (IBGE, 2014). Esse procedimento, sem o estágio de seleção de municípios, faz com que a PNAD contínua capte melhor a variabilidade geográfica (espacial). Mas não se pretende fazer, aqui, uma avaliação exaustiva dos determinantes da diferença nas medidas de desigualdade obtidas a partir das duas pesquisas.

As quatro séries de medidas de desigualdade baseadas nos dados da PNAD contínua, de 2012 a 2017, indicam que ocorreu substancial crescimento da desigualdade de 2015 a 2016. Esse crescimento é mais intenso no caso da distribuição do rendimento do trabalho na PEA, obviamente porque nesse caso se leva em consideração o crescimento do desemprego.

Figura 7. Índice de Gini da distribuição do rendimento de todos os trabalhos na POC e na PEA, no Brasil todo, conforme dados da PNAD tradicional 2004-2015 e da PNAD contínua 2012-2017

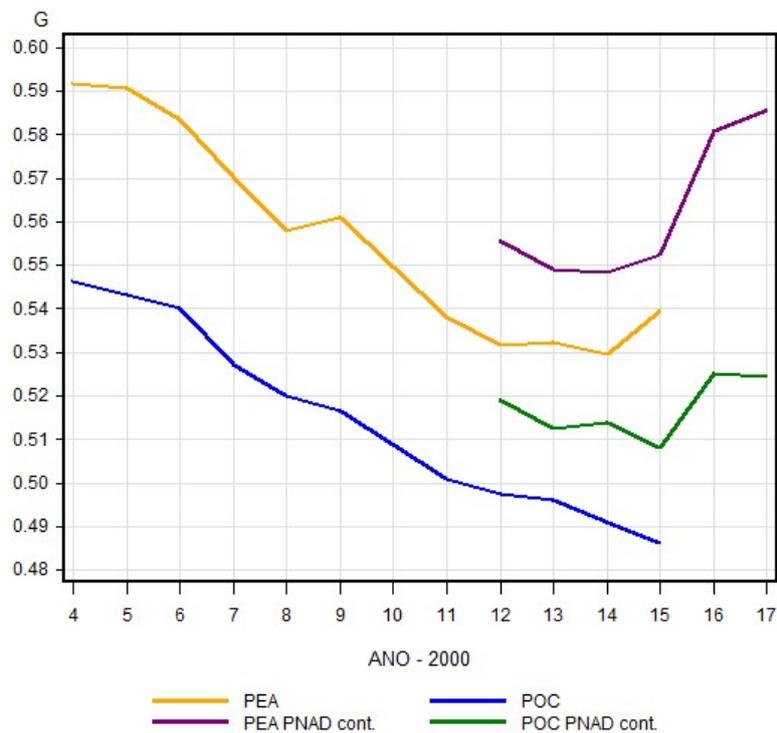
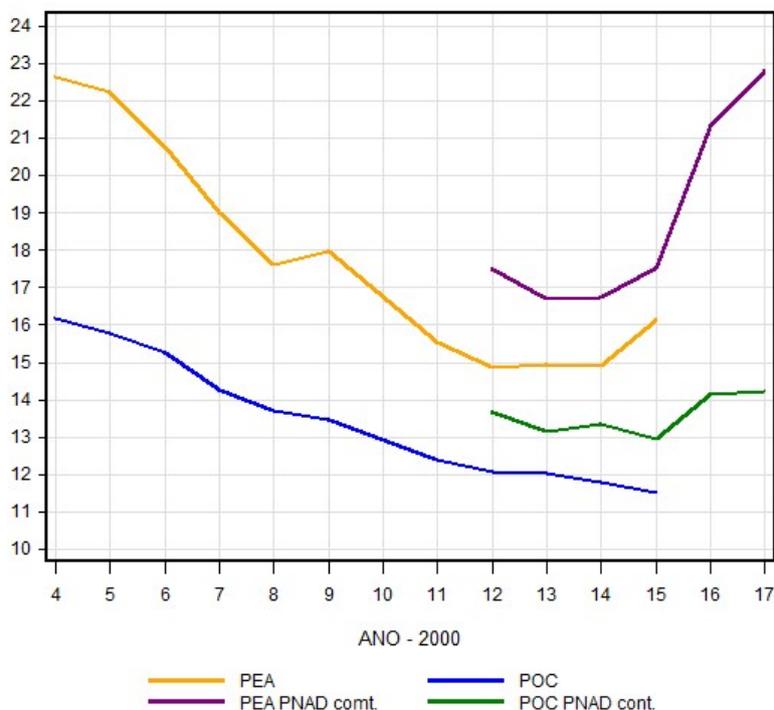


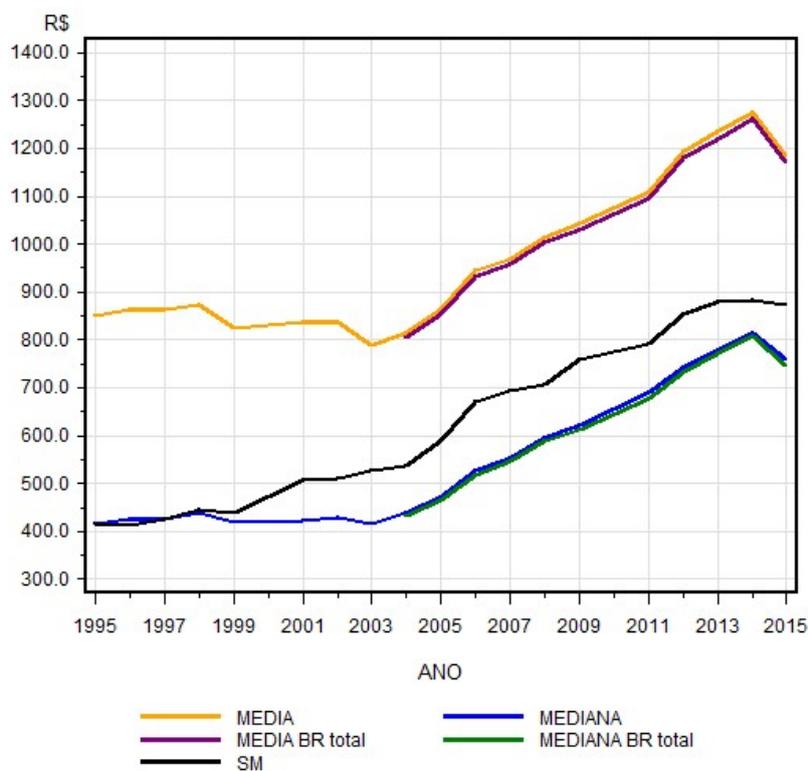
Figura 8. Razão de médias 10+/40- da distribuição do rendimento de todos os trabalhos na POC e na PEA, no Brasil todo, conforme dados da PNAD tradicional 2004-2015 e da PNAD contínua 2012-2017



5. Média, mediana e medidas de desigualdade da distribuição da RDPC de 1995 a 2015: o efeito de incluir ou não dados da área rural da antiga região Norte

Passamos, agora, à análise da evolução das medidas de tendência central e de desigualdade da distribuição da RDPC. Nas Figuras 9, 10 e 11 consideramos o período de 1995 a 2015, utilizando dados da PNAD tradicional. No período 2004-2015 podemos comparar os resultados obtidos incluindo ou não os dados da área rural da antiga região Norte. Verifica-se, mais uma vez, que o efeito de incluir os dados dessa área é muito pequeno, causando ligeira redução nas medidas de tendência central (ver Figura 9) e ligeiro aumento nas medidas de desigualdade (ver Figuras 10 e 11). A inclusão ou não dos dados daquela área nunca altera o sentido das mudanças de um ano para outro.

Figura 9. Média e mediana da distribuição da RDPC, conforme dados da PNAD tradicional, no Brasil exclusive a área rural da antiga Região Norte, de 1995 a 2015, e no Brasil todo, de 2004 a 2015, e evolução do salário mínimo (em R\$ de set.-out.-nov. de 2017)



Note-se, na Figura 9, a queda do valor dos valores médio e mediano da RDPC de 2014 para 2015, após crescimento ininterrupto de 2003 a 2014. Nas Figuras 10 e 11 observa-se que tanto o índice de Gini como a razão de médias 10+/40- mostram clara tendência decrescente de 2001 a 2014, mas ficam estagnadas de 2014 a 2015.

Figura 10. Índices de Gini e T de Theil da distribuição da RDPC, conforme dados da PNAD tradicional, no Brasil exclusive a área rural da antiga Região Norte, de 1995 a 2015, e no Brasil todo, de 2004 a 2015

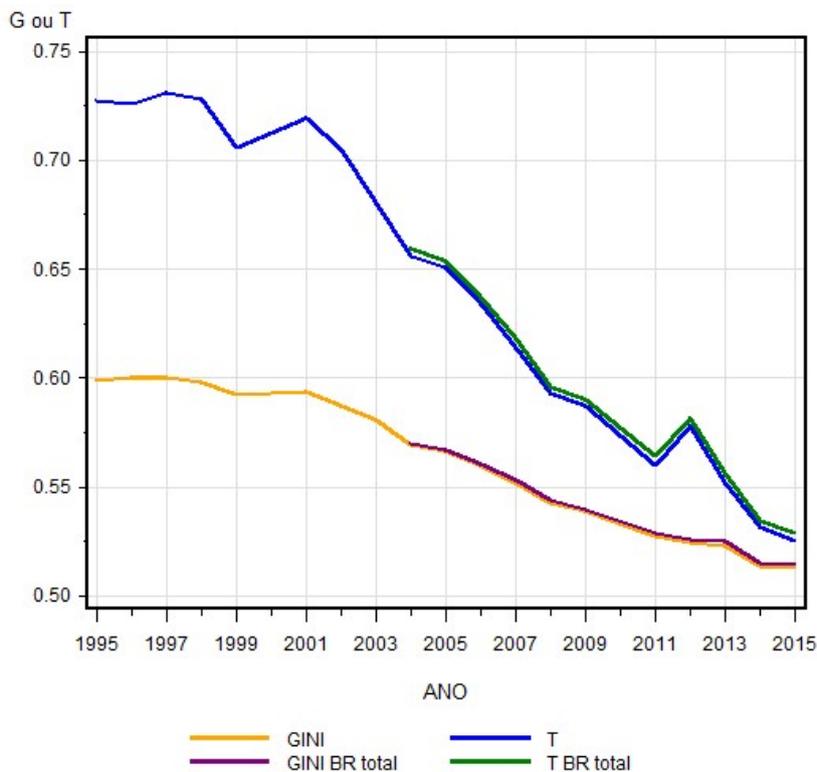
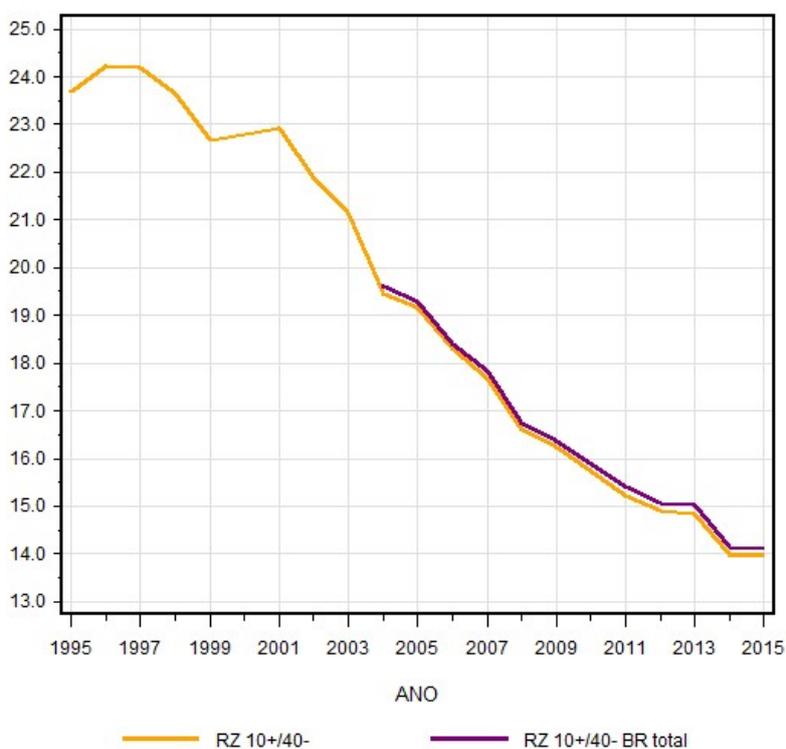


Figura 11. Razão de médias 10+/40- da distribuição da RDPC, conforme dados da PNAD tradicional, no Brasil exclusive a área rural da antiga Região Norte, de 1995 a 2015, e no Brasil todo, de 2004 a 2015



6. Distribuição da RDPC: dados da PNAD tradicional de 2004 a 2015 e dados da PNAD contínua de 2016 e 2017

Ao examinar os dados da distribuição da RDPC em 2016, vamos considerar um problema de amostragem: a inclusão ou não de uma observação discrepante: um empregador paulista com rendimento do trabalho principal igual a R\$ 1.000.000,00 por mês, em valores correntes. O IBGE apresenta uma nota técnica para explicar que esse rendimento chegou a ser substituído por um valor imputado de R\$ 2.000,00, mas como o valor original foi confirmado junto ao informante, ele foi recolocado nos dados (IBGE, 2017b). Excluindo o correspondente domicílio da amostra, a RDPC média caiu de R\$ 1.283 para R\$ 1.273 (em reais de setembro-outubro-novembro de 2017), o índice de Gini passa de 0,549 para 0,546 e o T de Theil cai de 0,626 para 0,592. Nas Figuras 12, 13 e 14, para 2017 são considerados os valores obtidos excluindo ou não essa observação discrepante.

No caso da distribuição da RDPC, por enquanto o IBGE não divulgou dados da PNAD contínua para anos em que foi realizada a PNAD tradicional. Não há como avaliar, diretamente, o efeito da mudança na metodologia de coleta de dados sobre as características da distribuição da RDPC.

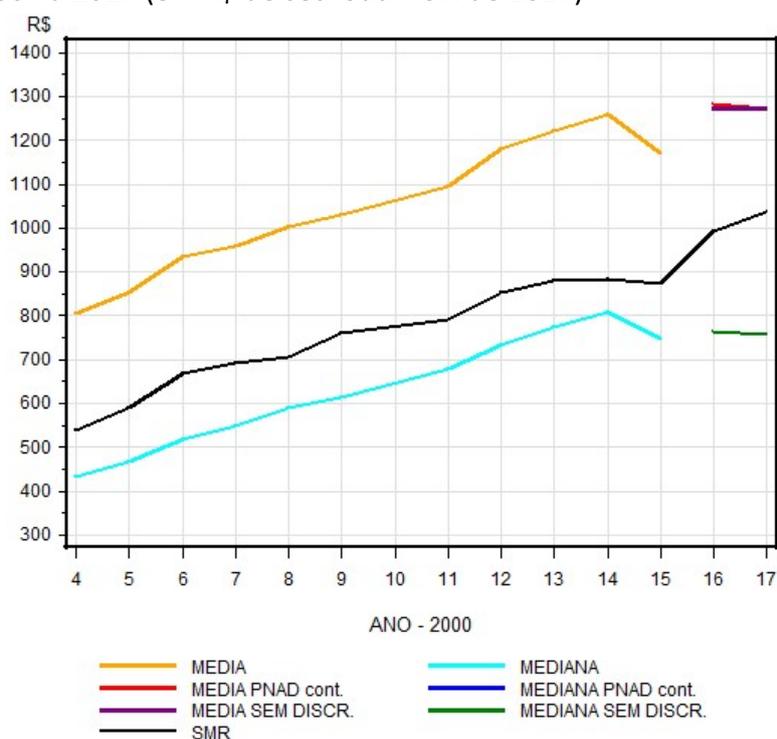
Vimos, na Figura 5, que o valor médio do rendimento do trabalho na PEA, com base nos dados da PNAD contínua, permanece praticamente estável de 2015 a 2016. Espera-se que vários componentes dos demais tipos de rendimento (como aposentadorias e pensões e transferências do governo) sejam mais estáveis do que rendimentos do trabalho. Poderia se prever, então, estabilidade da RDPC média de 2015 a 2016. Entretanto, a Figura 12 mostra que essa média em 2016 (com base nos dados da PNAD contínua) é maior do que em 2015 (com base nos dados da PNAD tradicional). Há indicação de que a PNAD contínua capta melhor alguns rendimentos não diretamente associados ao trabalho³. Como o mesmo tipo de diferença não é observado para a mediana, há indicação de que os rendimentos não associados ao trabalho que são mais bem captados na PNAD contínua são de pessoas com RDPC relativamente elevada. Note-se, na Figura 12, que a inclusão ou não da observação discrepante da PNAD de 2016 não altera a mediana da RDPC.

Nas Figuras 13 e 14 observa-se que as medidas de desigualdade da RDPC em 2016 e 2017, baseadas na PNAD contínua, são bem mais elevadas do que os valores de 2015,

³ Na PNAD tradicional havia uma última pergunta sobre rendimentos incluindo juros, dividendos, programas sociais e outros dividendos e na PNAD contínua há perguntas mais específicas que podem ter levado a captar um pouco melhor rendimentos de aplicações financeiras. Cabe assinalar, também, que nas PNADs tradicionais de 2011 a 2015 os rendimentos de aluguel representavam menos de 1,3% do total declarado e nas PNADs contínuas anuais de 2016 e 2017 a participação dos rendimentos de aluguel e arrendamento no total foram 2,2% e 2,4%, respectivamente.

obtidos com base na PNAD tradicional⁴. É possível atribuir esse aumento das medidas de desigualdade às mudanças na metodologia de coleta de dados? Esse aparente aumento de desigualdade poderia ser devido ao fato de a PNAD contínua captar melhor alguns rendimentos de pessoas relativamente ricas? As Figuras 7 e 8 mostram que, considerando os dados da PNAD contínua, ocorreu substancial crescimento da desigualdade da distribuição do rendimento do trabalho na PEA de 2015 a 2016 e, mais ainda, de 2015 a 2017. Seria de se esperar, então, que houvesse crescimento, também, da desigualdade da distribuição da RDPC. Assim, tudo indica que parte substancial do crescimento da desigualdade de 2015 a 2016 observado nas Figuras 13 e 14 é real. Não é razoável admitir que esse crescimento da desigualdade possa ser inteiramente atribuído à mudança na metodologia de coleta de dados.

Figura 12. Média e mediana da distribuição da RDPC, no Brasil todo, conforme dados da PNAD tradicional 2004-2015 e da PNAD contínua 2016-2017, e evolução do salário mínimo de 2004 a 2017 (em R\$ de set.-out.-nov. de 2017)



⁴ Hoffmann (2018) analisa como 11 parcelas da RDPC contribuem para a formação do respectivo índice de Gini em 2016.

Figura 13. Índices de Gini e T de Theil da distribuição da RDPC, no Brasil todo, conforme dados da PNAD tradicional 2004-2015 e da PNAD contínua 2016-2017

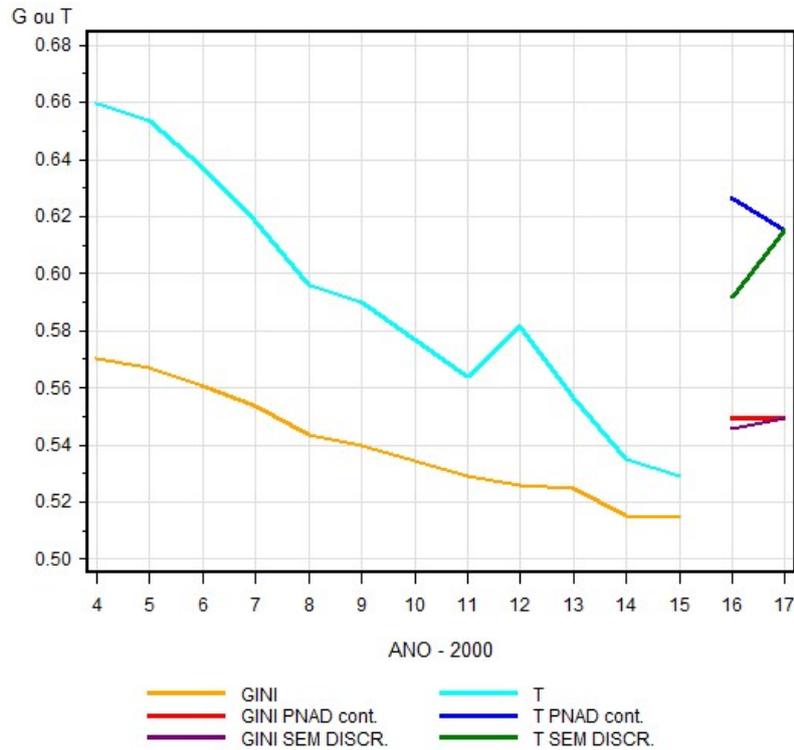
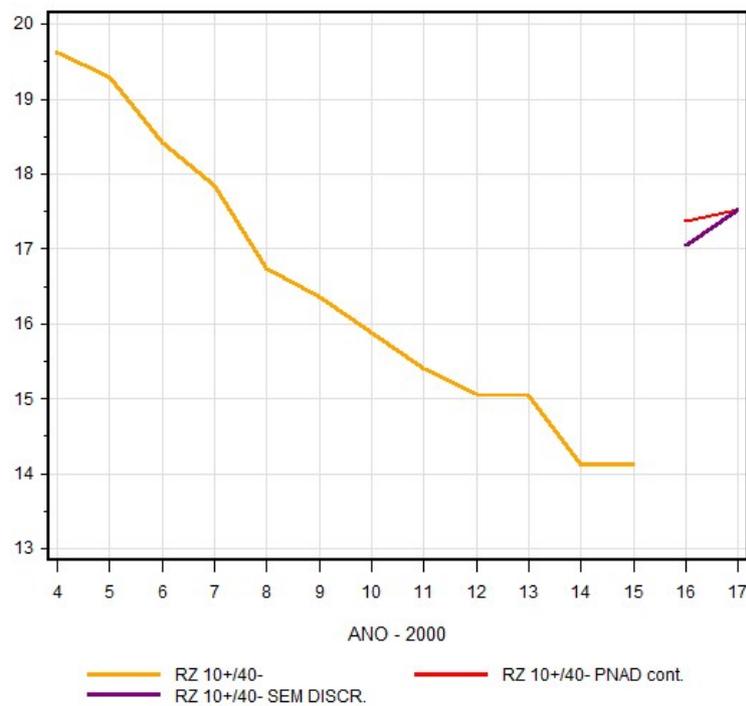


Figura 14. Razão de médias 10+/40- da distribuição da RDPC, no Brasil todo, conforme dados da PNAD tradicional 2004-2015 e da PNAD contínua 2016-2017



7. Conclusão

Os dados da PNAD tradicional, de 1995 a 2015, indicam que houve substancial redução da desigualdade da distribuição da renda no Brasil nesse período. Ao analisar todo o período 1995-2015, é necessário excluir a área rural da antiga Região Norte, que não era coberta pela pesquisa até 2003. Mas a partir de 2004 a PNAD abrange todo o território nacional, e pode-se verificar que a inclusão ou não dos dados da área rural da antiga região Norte quase não afeta as medidas de tendência central ou as medidas de desigualdade da distribuição da renda.

Para o período 2012-2015 o IBGE divulgou dados sobre a distribuição da renda do trabalho da PNAD tradicional e também da PNAD contínua. Comparando os resultados das duas pesquisas, verifica-se que o nível médio desse rendimento é semelhante, mas a desigualdade da sua distribuição é sistematicamente maior na PNAD contínua.

Os dados da PNAD contínua sobre distribuição do rendimento do trabalho para o período 2012-2017 mostram grande crescimento da desigualdade de 2015 a 2016. Para a distribuição do rendimento do trabalho entre pessoas ocupadas, a desigualdade em 2017 é maior do que em 2012. Dado a enorme crise do desemprego a partir de 2015, o crescimento da desigualdade de 2015 a 2017 é muito maior quando se considera a distribuição do rendimento do trabalho entre pessoas economicamente ativas, atribuindo renda nula aos desempregados.

Para a distribuição da RDPC dispomos dos dados da PNAD tradicional até 2015 e dos dados da PNAD contínua para 2016 e 2017. Verifica-se que a medida de desigualdade em 2016 é muito maior do que em 2015. Parte dessa diferença certamente está associada às diferenças na metodologia de coleta de dados das duas pesquisas. Mas é razoável concluir que parte substancial do aumento é real, isto é, não é devido a tais diferenças metodológicas.

Apêndice

São apresentados apenas os resultados numéricos para 2012 e 2017, obtidos a partir dos microdados da PNAD contínua anual.

Médias e medidas de desigualdade para o período 1995-2015 podem ser encontradas, por exemplo, em Hoffmann (2016 e 2017a).

Tabela 1. Características da distribuição do rendimento de todos os trabalhos na população ocupada (POC) do Brasil, conforme dados da PNAD contínua anual de 2012 a 2017: rendimentos médio e mediano, índice de Gini, porcentagem da renda apropriada pelo décimo mais rico e razão de médias 10+/40–

Ano	Média ⁽¹⁾	Mediana ⁽¹⁾	Gini	10 ⁺	Razão 10+/40–
2012	2.091	1.232	0,519	42,2	13,7
2013	2.150	1.296	0,513	41,8	13,2
2014	2.221	1.271	0,514	42,0	13,3
2015	2.145	1.324	0,508	41,1	13,0
2016	2.220	1.281	0,525	42,8	14,2
2017	2.184	1.300	0,524	42,4	14,2

⁽¹⁾ Em reais de setembro-outubro-novembro de 2017, com base no INPC.

Tabela 2. Características da distribuição do rendimento de todos os trabalhos na população economicamente ativa (PEA) do Brasil, conforme dados da PNAD contínua anual de 2012 a 2017: rendimento médio e mediano, índice de Gini, porcentagem da renda apropriada pelo décimo mais rico e razão de médias 10+/40–

Ano	Média ⁽¹⁾	Mediana ⁽¹⁾	Gini	10 ⁺	Razão 10+/40–
2012	1.933	1.128	0,555	43,8	17,5
2013	1.990	1.177	0,549	43,3	16,7
2014	2.063	1.231	0,548	43,5	16,7
2015	1.951	1.188	0,552	43,0	17,5
2016	1.959	1.127	0,581	45,3	21,3
2017	1.903	1.113	0,585	45,1	22,8

⁽¹⁾ Em reais de setembro-outubro-novembro de 2017, com base no INPC.

Tabela 3. Características da distribuição da renda domiciliar per capita (RDPC) no Brasil, de acordo com dados da PNAD contínua anual de 2016 e 2017

Parâmetro	2016		2017
	Todos os dados	Excluindo observação discrepante	
Média ⁽¹⁾	1.283	1.273	1.274
Mediana ⁽¹⁾	764	764	757
Índice de Gini	0,549	0,546	0,549
T de Theil	0,626	0,592	0,615
Razão 10+/40–	17,4	17,0	17,5

⁽¹⁾ Em reais de setembro-outubro-novembro de 2017.

Referências bibliográficas

HOFFMANN, R. (2016) A desigualdade relevante não caiu de 2014 a 2015. Texto para Discussão n. 37 do IEPE/Casa das Garças.

HOFFMANN, R. (2017a) Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: o que mudou em 2015? Texto para Discussão n. 38 do IEPE/Casa das Garças.

HOFFMANN, R. (2017b) Distribuição da renda na crise: dados trimestrais de 2012 a 2017. Texto para Discussão n. 39 do IEPE/Casa das Garças.

HOFFMANN, R. (2018) Distribuição da renda no Brasil em 2016: parcelas progressivas e parcelas regressivas. Texto para Discussão n. 43 do IEPE/Casa das Garças.

IBGE (2013) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013. Volume 33, Brasil.

IBGE (2014) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Notas Metodológicas. Vol. 1.

IBGE (2016) Nota 2 – Deflacionamento dos rendimentos do trabalho dos trimestres móveis da PNAD Contínua (versão atualizada). Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/Notas_tecnicas/nota_tecnica_02_pnadc_mensal.pdf.

IBGE (2017a) Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017. Rio de Janeiro, IBGE.

IBGE (2017b) Nota Técnica 01/2017. Atualização de valor de rendimento. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_012017.pdf>.